MARCELO DOVAL MENDES

**JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL COMO EXPRESSÃO DA
SEPARAÇÃO DE PODERES:**

**Razões e significados da distinção entre os modelos clássicos de controle
de constitucionalidade das leis**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Associada Dra. Anna Cândida da Cunha Ferraz

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2015

RESUMO

MENDES, Marcelo Doval. *Jurisdição constitucional como expressão da separação de poderes: Razões e significados da distinção entre os modelos clássicos de controle de constitucionalidade das leis*. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Desde a Segunda Guerra Mundial, a jurisdição constitucional experimenta um contínuo avanço e fortalecimento ao redor do mundo. Isso levou *incontinenti* à elaboração de diversas teorias sobre a superação dos tradicionais modelos norte-americano e europeu de controle de constitucionalidade das leis. O objeto do presente exame é, especificamente, a análise das estruturas (históricas, funcionais e sistêmicas) e dos aspectos processuais dos modelos tradicionais, de modo a testar a seguinte hipótese: apesar de algumas semelhanças entre aspectos processuais, as diferentes estruturas político-funcionais dos modelos norte-americano e europeu ainda são razões para a distinção entre eles e implicam concepções diversas quanto à organização estatal. O primeiro capítulo analisa os movimentos político-constitucionais das democracias liberais ocidentais inglesa, americana, francesa e europeia (genericamente), desde o constitucionalismo moderno até a atual conformação de seus sistemas de controle de constitucionalidade da legislação. O segundo capítulo considera a evolução dos aspectos processuais dos modelos norte-americano e europeu de controle de constitucionalidade das leis. O terceiro e último capítulo analisa a estrutura político-funcional de cada um no que se refere à estrutura funcional – modo como é organizado o exercício da função jurisdicional, em especial, a jurisdição constitucional – e à estrutura sistêmica – tradição (ou família) jurídica na qual foi gestado cada modelo. O objetivo é examinar os influxos exercidos por cada uma dessas estruturas sobre os modelos norte-americano e europeu de controle, bem como as discussões que sobre elas se apresentam. A conclusão é que, se subsistem as razões estruturais que levaram a opções distintas quanto à separação ou não das jurisdições constitucional e ordinária, a mera aproximação de alguns aspectos processuais – que, no mais das vezes, sequer são tão rígidos, servindo mais a propósitos classificatórios – não é suficiente para superar a distinção entre o modelo europeu e o modelo norte-americano de controle de constitucionalidade das leis.

PALAVRAS-CHAVE: Controle de Constitucionalidade – Estados Unidos – Europa

ABSTRACT

MENDES, Marcelo Doval. *Constitutional jurisdiction as an expression of separation of powers: Reasons and meanings of the distinction between classical models of judicial review of legislation*. 2015. 157p. Dissertation (Master) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

Since World War II, the constitutional jurisdiction experiences continuous development and empowerment around the world. This led *incontinenti* to the development of various theories about overcoming traditional North American and European models of control on judicial review. The object of this study is, specifically, the analysis of structures (historical, functional and systemic) and the procedural aspects of traditional models in order to test the following hypothesis: in spite of some similarities on procedural aspects, the differences between functional and political structures of North American and European models are still reason for their distinction and imply different conceptions about the state organization. The first chapter analyzes the political and constitutional movements of English, American, French and European (in general) Western liberal democracies from the modern constitutionalism to the present conformation of its constitutionality control systems. The second chapter analyses the evolution of the procedural aspects of North American and European models of judicial review. The third and final chapter analyzes the political and functional structure of each model in regard to the functional structure – how the exercise of jurisdictional function is organized, especially the constitutional jurisdiction – and the systemic structure – legal tradition (or family) in which each model was brought. The objective is to examine the inflows exercised by each of these structures on the North American and European control models as well as the discussions surrounding them. The conclusion is that, if there are still structural reasons that lead to the different options in regard to the separation of the constitutional and ordinary jurisdictions, the mere proximity of some procedural aspects – which, in most cases, are not even as rigid, serving basically to classification purposes – is not enough to overcome the distinction between the European model and the US model of judicial review.

KEYWORDS: Judicial Review – United States – Europe

INTRODUÇÃO

I Colocação do tema

Ao confrontar os aspectos políticos e jurídicos do controle de constitucionalidade das leis, Georges Vedel aponta que não há solução perfeitamente satisfatória quando o tema é sua organização.¹

Isso é natural. Afinal, muito embora, comumente, a jurisdição constitucional seja tratada como um problema da “metafísica do Estado”², buscando ser compreendida, ontologicamente, para além da própria realidade estatal, em verdade, é um “princípio organizativo particular”³ que busca dar conta de resolver problemas práticos.

Por essa razão é que são buscados antecedentes do controle de constitucionalidade na Antiguidade. Mas, efetivamente, seu surgimento está ligado a desdobramentos do constitucionalismo moderno. Não se nega, com isso, a importância de estudar o constitucionalismo antigo, bem como seus influxos – inclusive sobre o controle de constitucionalidade. Apenas se deve ter em mente que as explicações não podem desconsiderar os contextos históricos, políticos e sociais em que foi gestada essa garantia da Constituição.

Nesse contexto, o primeiro modelo do controle de constitucionalidade das leis foi “descoberto”, em 1803, pelo *Chief Justice John Marshall*, da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, como uma decorrência pretensamente *lógica* da supremacia da ainda novel Constituição norte-americana.

---

¹ Cf. Georges Vedel, *Manuel élémentaire de droit constitutionnel*, Paris, Dalloz, 2002, p. 124.

² Cf. Hans Kelsen, A jurisdição constitucional e administrativa a serviço do Estado federativo segundo a nova Constituição federal austríaca de 1º de outubro de 1920 (trad. port. Alexandre Krug de Verfassungs- und Verwaltungsgerichtsbarkeit im Dienste des Bundestaates, nach der neuen österreichischen Bundesverfassung vom 1 Oktober 1920), in *Jurisdição constitucional*, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2007, p. 46.

³ Cf. Hans Kelsen, A jurisdição constitucional e administrativa, cit., p. 46.

O segundo modelo foi “desenhado” mais de um século depois, principalmente por Hans Kelsen, como decorrência da necessidade de garantir, juridicamente, as Constituições europeias e de contornar as dificuldades de implantação do modelo norte-americano nas distintas condições do Velho Continente.

O grande salto de importância, porém, ocorre depois da Segunda Guerra Mundial, quando diversos Estados adotaram práticas que podem ser consideradas dentro do âmbito do controle jurisdicional de constitucionalidade das leis. As independências de colônias europeias e saídas de regimes ditatoriais também representaram movimento importante.

Observando as experiências norte-americana e europeia, mas tendo em consideração suas realidades particulares, a miríade de sistemas levou *incontinenti* à elaboração de diversas teorias sobre a superação dos modelos tradicionais estadunidense e europeu e a necessidade de criação de novas categorias.⁴

Contudo, como as grandes dicotomias onicompreensivas em que, habitualmente, os campos do saber estão divididos, também esta pode ter usos descritivos, axiológicos e históricos⁵, de modo que a consideração de sua superação pode ter muitos significados, inclusive um alibi teórico para portar ideologias ou valores.

Além disso, outra boa razão justifica a investigação: recorrentemente, os estudos que demandam novas classificações pautam-se em critérios processuais. Explica-se. Qualquer análise da *jurisdição* constitucional envolve lidar com alguns ou vários dos elementos processuais que, intrinsecamente, cercam-na. Ocorre que *processo* é marcha, movimento. Em alguma medida, pois, é natural que certos ritos e procedimentos tendam a um lado ou outro do plano dicotômico. Assim, apenas uma análise processual não se afigura suficiente para indicar uma aproximação superativa dos modelos norte-americano e europeu.

É necessário, então, acrescentar outras variáveis à investigação. Dessa forma, o presente estudo procura incluir variáveis estruturais, conjuntamente com as variáveis processuais, para examinar se ainda há significados na consideração da díade antitética modelo norte-americano/modelo europeu.

---

⁴ Cf. Luca Mezzetti, La giustizia costituzionale: storia, modelli, teoria, in Luca Mezzetti *et al.*, *La giustizia costituzionale*, Verona, CEDAM, 2007, p. 166.

⁵ Cf. Norberto Bobbio, *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (trad. port. Marco Aurélio Nogueira de Destra e sinistra: ragioni e significati di una distinzione politica), 2ª ed., São Paulo, Unesp, 2001, p. 49.

II Recorte e plano

Feita esta brevíssima introdução dentro da introdução, cumpre informar o que, precisamente, o trabalho busca examinar e como irá fazê-lo. O recorte pode ser feito de duas formas: dizendo o que se pretende e o que não se pretende.

Enquanto processo é movimento, estrutura é organização, estabilidade. Trata-se, pois, de considerar aquilo que está na base dos modelos tradicionais. Assim, o objeto do estudo é, especificamente, a análise das estruturas (históricas, funcionais e sistêmicas) e dos aspectos processuais dos modelos tradicionais, de modo a testar a seguinte hipótese: apesar de algumas semelhanças entre aspectos processuais, as diferentes estruturas político-funcionais dos modelos norte-americano e europeu de controle de constitucionalidade das leis ainda são razões para a distinção entre eles e implicam concepções diversas quanto à organização estatal.

Como o controle de constitucionalidade pode, em tese, recair sobre todos os atos estatais, cabendo a cada ordenamento jurídico especificar aqueles atos efetivamente sujeitos ao juízo de conformidade frente à Constituição, o objeto aqui se restringe ao controle de constitucionalidade das leis, justificado pela relevância do encontro das funções estatais de legislar e julgar.⁶

Portanto, o aspecto da jurisdição constitucional considerado refere-se, exclusivamente, ao controle de constitucionalidade de leis, não considerando outras funções exercidas pelos órgãos jurisdicionais e não considerando outros parâmetros de controle (especialmente, tratados e convenções internacionais).

O trabalho também não versa sobre a legitimidade política e/ou democrática do(s) modelo(s) de controle ou de seus órgãos, ainda que sobre ela(s) se manifeste, eventualmente.

Finalmente, não se trata de uma análise de Direito Comparado, embora, ocasionalmente, sejam feitas algumas comparações entre países e, sobretudo, a conformações específicas de seus ordenamentos jurídicos.

---

⁶ Cf. José Acosta Sánchez, *Formación de la constitución y jurisdicción constitucional*: fundamentos de la democracia constitucional, Madrid, Tecnos, 1998, p. 347-348.

O plano de estudo é dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo analisa os movimentos político-constitucionais das democracias liberais ocidentais inglesa, estadunidense, francesa e europeia (genericamente), desde o constitucionalismo moderno até a atual conformação de seus sistemas de controle de constitucionalidade da legislação. O objetivo é identificar as estruturas históricas que levaram às configurações específicas de cada modelo, de modo a responder se, atualmente, elas estão superadas ou ainda exercem influência significativa. Embora a hipótese se restrinja à análise dos dois modelos tradicionais (estadunidense e europeu), a matriz inglesa foi considerada por três aspectos – sua importância no processo evolutivo do constitucionalismo moderno (como, por exemplo, pelo papel do ideário de Locke), sua influência sobre a matriz norte-americana e a centralidade da noção de soberania do Parlamento – e a matriz francesa por dois – a importância da Revolução Francesa, com influxos sobre os demais países europeus ocidentais, e a grande celeuma sobre a natureza do Conselho Constitucional e de seu controle, se políticos ou jurisdicionais.

O segundo capítulo considera a jurisdição constitucional, mais especificamente, a evolução dos aspectos processuais dos modelos norte-americano e europeu de controle de constitucionalidade das leis. Dividido em duas seções secundárias, a primeira busca a compreensão da ideia de jurisdição constitucional. A segunda, primeiramente, sintetiza as principais posições doutrinárias sobre o chamado movimento de convergência dos modelos norte-americano e europeu, e, posteriormente, em quatro seções terciárias, discute os aspectos processuais tidos como indicadores da mencionada aproximação: natureza da decisão (declaratória *v.* constitutiva); eficácia temporal (efeitos *ex tunc* *v.* efeitos *ex nunc*); modo de iniciar o processo de verificação (incidental *v.* principal); modo de decidir dos órgãos competentes (concreto *v.* abstrato); e eficácia subjetiva (efeitos *inter partes*, efeitos *erga omnes* e regra do *stare decisis*).

O terceiro e último capítulo analisa a estrutura político-funcional de cada modelo no que se refere à estrutura funcional – modo como é organizado o exercício da função jurisdicional, em especial, a jurisdição constitucional – e à estrutura sistêmica – tradição (ou família) jurídica na qual foi gestado cada modelo. O objetivo é examinar os influxos exercidos por cada uma dessas estruturas sobre os respectivos modelos de controle, bem como as discussões que sobre elas se apresentam, culminando com a relação entre eles e a configuração que cada qual propõe à separação de poderes. Nesses termos, o capítulo é

dividido em quatro seções secundárias. A primeira explica como se dá a relação entre jurisdição ordinária e jurisdição constitucional em cada modelo. A segunda, subdividida em duas seções, trata das diferenças entre a tradição do *common law* e tradição romano-germânica, tanto para efeitos de divisão das jurisdições estatais, quanto para a avaliação da capacidade dos juízes para o exercício da jurisdição constitucional. A terceira seção, também subdividida em outras duas, retoma a relação entre jurisdição ordinária e jurisdição constitucional do ponto de vista das alegações de descentralização. A quarta e última seção, que encerra o trabalho, trata da leitura que os modelos norte-americano e europeu deram à separação de poderes, avaliando seus pontos de contato e distanciamento.

III Algumas observações terminológicas

Revisão judicial e controle de constitucionalidade não são exatamente expressões sinônimas.⁷ Como a própria denominação indica, revisão judicial transmite a ideia da participação de um órgão específico na avaliação da conformidade das leis, o Poder Judiciário. A remissão ao modelo originado nos Estados Unidos é imediata em função do *judicial review*.

O controle de constitucionalidade, por outro lado, não implica, necessariamente, a participação do Poder Judiciário na avaliação das leis ante a Constituição. Ao entregar o juízo de constitucionalidade a uma Corte Constitucional, o modelo europeu preferiu a alocação desse poder em um órgão situado entre os poderes (e, portanto, fora também do Judiciário).⁸

No presente trabalho, preferir-se-á, de maneira geral, o termo “controle de constitucionalidade” por parecer mais amplo. Afinal, quando o Poder Judiciário exercita a “revisão judicial”, o que faz, ao cabo, nada mais é que controlar as leis frente à Constituição. De outra senda, a recíproca não é verdadeira, pois quando a prática do controle está a cargo de órgão *não judicial*, evidentemente, não se pode falar em uma revisão *judicial*.

---

⁷ Cf. Rogério Bastos Arantes, Cortes constitucionais, in Leonardo Avritzer *et. al.* (orgs), *Dimensões políticas da justiça*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2013, p. 198.

⁸ Cf. Rogério Bastos Arantes, *ob. cit.* p. 199.

O termo *modelo* será empregado para as representações clássicas de matriz norte-americana e de matriz europeia-kelseniana, ligado à ideia tipos ideais (muito embora sejam configurações aplicadas na prática). O termo *sistema*, por outro lado, será utilizado para se referir a determinada conformação institucional de acordo com o ordenamento jurídico de determinado Estado.

Ainda que alguns doutrinadores apresentem distinções, comumente os termos *jurisdição constitucional* e *justiça constitucional* são utilizados como sinônimos.⁹ Assim, no âmbito do presente trabalho, serão utilizados com o mesmo significado, indiscriminadamente.

O mesmo se aplica em relação à denominação dos órgãos especializados da jurisdição constitucional. Apesar de alguma diferenciação, as expressões *Corte Constitucional* e *Tribunal Constitucional* são igualmente utilizadas. Aqui também serão.

Como um único Estado, o Reino Unido (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, formado por Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte) é regido por uma única Constituição, de modo que se pode falar em uma Constituição britânica. O fato de o Parlamento, reunido no Palácio de Westminster (Londres), ser único¹⁰ (após o Tratado da União de 1707, foram reunidos os Parlamntos da Inglaterra e da Escócia) e soberano, em relação aos corpos políticos locais, reforça essa noção.

Quanto ao Direito, embora a matriz inglesa seja aplicada apenas na Inglaterra e no País de Gales, é dela que derivam todos os Direitos pertencentes à família do *common law*.¹¹

---

⁹ Ver, a propósito, Alexandre de Moraes, *Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais: garantia suprema da Constituição*, 3ª ed., São Paulo, Atlas, 2013, p. 4-5; Luca Mezzetti, ob. cit. p. 6; Mauro Cappelletti, *O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado* (trad. port. de Aroldo Plínio Gonçalves de Il controllo giudiziario di costituzionalità delle leggi nel diritto comparato), Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris, 1984, p. 23.

¹⁰ O Ato de União de 1536 implicou a anexação do País de Gales à Inglaterra, determinando a aplicação da lei inglesa e conferindo-lhe representação no Parlamento inglês. Posteriormente, o Tratado de União de 1707 entre Inglaterra e Escócia unificou os Parlamntos de ambos no Parlamento da Grã-Bretanha, mantendo, porém, separados os sistemas jurídicos. Os Atos de União de 1800 fundiram o Reino da Irlanda ao Reino da Grã-Bretanha, formando o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, sob um único Parlamento, com a introdução de representação irlandesa, mantidos separados os sistemas legais. Finalmente, com a criação da Irlanda do Norte, em 1920, e a independência da Irlanda, em 1921, o Reino Unido ganhou sua formação atual (Para os Atos e Tratados, cf. <<http://www.legislation.gov.uk/>>).

¹¹ Cf. René David, *O direito inglês* (trad. port. Eduardo Brandão de Le droit anglais), 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2006, p. VIII. No mesmo sentido, René David, *Os grandes sistemas do direito contemporâneo* (trad. port. Hermínio A. Carvalho de Les grands systèmes du droit contemporains), 4ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2002, p. 353 e 355.

Quanto aos termos, *britânico*, propriamente, remete à Grã-Bretanha (ilha que abriga Inglaterra, País de Gales e Escócia) ou ao Reino Unido. Por extensão de sentido, pode ser utilizado para designar algo relativo à Inglaterra.¹² O termo *inglês* refere-se, propriamente, à Inglaterra, mas também pode indicar o *britânico*.¹³

Assim, considerando que o processo de evolução constitucional se deu antes da conformação atual do Reino Unido, bem como que o Parlamento é único e se organiza sob os princípios desse específico constitucionalismo, para os fins do presente estudo, as denominações *inglês* e *britânico* também serão utilizadas indistintamente, com eventuais menções e ressalvas, se necessárias.

O mesmo se dará para as denominações *estadunidense*, *norte-americano* e *americano*. Apesar de alguma imprecisão técnico-geográfica, sua aplicação é consagrada pelo uso e pela norma culta e serão todas, aqui, utilizadas indistintamente.

---

¹² Cf. Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2009, p. 329.

¹³ Cf. Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar, ob. cit., p. 1083.

CONCLUSÕES

– I –

Os dois séculos que separam o mundo de hoje das revoluções liberais têm muita história para contar, de vitórias e fracassos, sucessos e retrocessos, mas há algo que é tão caro às Constituições atuais quanto foi às Constituições “modernas”: o binômio limitação do poder/garantia de direitos. Os movimentos históricos, políticos e culturais que trouxeram o mundo ocidental à chamada “contemporaneidade” ainda exercem seus influxos. Consequentemente, o constitucionalismo moderno não pode ser simplesmente deixado para trás como mera reminiscência histórica; não deve ser lembrado apenas como peça de museu.

Indubitavelmente, as situações e as necessidades se reconfiguraram por várias vezes ao longo desse período – não poderia ser de outra forma – e, em manobras pendulares, a organização do poder e os direitos dos indivíduos estabeleceram diversos tipos de relações e conexões influenciando-se reciprocamente. Pode parecer um pouco abstrato, mas não é. As atrocidades ocorridas na Segunda Guerra Mundial têm explicações multicausais, mas, dentre essas muitas variáveis, comumente se atribui como sendo parte do problema uma específica relação entre direito e política da primeira metade do século XX. Com o fim do conflito e a apuração do estrago, uma concepção de organização de poder resta vencida e outra se sobressai.

Três possíveis conclusões (ou “subideias”) derivam dessa ideia primeira de reconfigurações do poder. Nenhuma delas nova. A primeira no sentido de que quando alguém possui um poder sem controle, tende a abusar dele. A segunda no sentido de que diferentes valores levarão à criação de diferentes soluções para os problemas de limitar o poder e garantir os direitos. A terceira no sentido de que as condições e particularidades históricas importam, tornando ineficazes – e, às vezes, até perigosas – as transplantações descuidadas de ideias gestadas em outros ambientes.

– II –

Isso não significa que todas as ideias devam ser originais. Elas apenas devem ser colocadas em seus específicos contextos. O fato de não se duvidar que a Inglaterra seja um exemplo de democracia – ao menos, no consenso do conceito ocidental –, não leva a muitas manifestações no sentido de abolir Constituições escritas ou repousar o poder máximo do Estado nas mãos do Parlamento. Mas, por outro lado, também não deve levar à imediata desconsideração dos mecanismos ali desenvolvidos. Pode haver lições valiosas que sejam aproveitadas em outras realidades.

– III –

O avanço e o fortalecimento da jurisdição constitucional talvez sejam o melhor exemplo disso. Razões históricas, políticas e jurídicas levaram à configuração de diferentes Constituições e de diferentes formas de defesa dessas Constituições.

A tradição evolutiva inglesa permitiu que sua organização política fundamental não dependesse de uma Constituição escrita e rígida. Isso não significa que seja um país menos democrática por isso.

Na maioria dos países da Europa ocidental e da América, no entanto, seguiu-se o receituário das revoluções liberais e foram implantadas Constituições escritas. Em um primeiro momento, sua rigidez (consubstanciada na dificuldade de alteração/revogação decorrente da diferenciação entre forma legal e forma constitucional) não impediu que elas fossem violadas e que ocorressem abusos.

A insuficiência de sua força política, portanto, estimulou o realce da dimensão jurídica das Constituições. A jurisdição constitucional, como instrumento de garantia da Constituição, que não a acompanhara em seu surgimento é “descoberta”, no início do século XIX, nos Estados Unidos, e “redesenhada”, no início do século XX, na Europa.

– IV –

A realidade social vivenciada por Montesquieu e que levou à elaboração de sua ideia de separação de poderes não identifica o poder de julgar dentre as forças políticas e sociais em tensão e que tendiam a abusar do poder. Dessa mesma ideia-base se ramificaram os dois modelos clássicos de controle de constitucionalidade, cada qual lastreado em uma específica forma de interpretação.

O *Chief Justice* Marshall, seguindo Hamilton, funda o controle da Constituição pelos juízes. Em primeiro lugar, porque os juízes não teriam motivos para abusar do poder. Em segundo lugar, porque, tratando-se de uma atividade de conflito normativo, seria *logicamente* inerente à atividade judicial. Nessas condições, uma estrutura jurisdicional monista, com o exercício conjunto e compartilhado da jurisdição ordinária e da jurisdição constitucional, parece perfeitamente adequada.

Na Europa, por outro lado, essa mesma neutralidade dos juízes era o que lhes impedia de controlar a Constituição. E isso porque, de acordo com Montesquieu o poder de julgar era neutro, em si, porque *submetido à lei*. A lei é central e, se os juízes estão abaixo dela, não podem se impor sobre ela. Então, só quem pode controlar o legislador é outro legislador. O Tribunal Constitucional contra a constitucionalidade das leis em decorrência do exercício de sua função de “legislador negativo”. Somente se justifica, pois, uma estrutura dualista, que atribua a um órgão especializado a jurisdição constitucional.

– V –

Uma das razões de distinção entre o modelo europeu e o americano é, portanto, de ordem teórica: a atribuição de um específico significado à doutrina da separação de poderes. Mas, há, ainda, outras razões de ordem prática que a ela se somam, com influências recíprocas.

As condições históricas e particulares da independência dos Estados Unidos impulsionaram a fundação da ordem política em uma Constituição escrita e em um sistema filiado ao *common law*. A concepção dessa tradição de que o juiz também é criador do Direito – e não seu mero aplicador silogístico – cria um ambiente mais favorável ao exercício da jurisdição constitucional pelo juiz ordinário. A falta de uma separação estrita entre Direito público e Direito privado (unidade de jurisdição) também contribui. Finalmente, a estabilidade do regime democrático, um acesso mais político e democrático ao judiciário, bem como uma maior capacidade dos juízes de lidarem com conflitos de natureza política completam o quadro que permite o estabelecimento de uma estrutura monista na qual se conferem a jurisdição ordinária e a jurisdição constitucional a todos os juízes e cortes, sem maiores complicações de ordem institucional.

Nos países da Europa ocidental, de outra forma, inverte-se o panorama. A filiação ao sistema de tradição romano-germânica implica uma concepção de que o papel do juiz é de mera interpretação da lei geral e abstrata racionalmente criada. A cultura codicista, ao tempo em que reforça esta compreensão, ainda cria uma separação cerrada entre Direito público e privado que acaba impondo a separação de jurisdições, o que afasta do juiz civilista o necessário conhecimento da natureza das normas constitucionais e da diferente interpretação que a ela deva ser aplicada. Finalmente, uma magistratura estruturada em forma de carreira burocrática e hierarquizada; da qual se desconfia por ligações com regimes políticos anteriores que foram derrubados; e cujo acesso e progressão dependem de critérios exclusivamente técnicos (sem, pois, legitimidade político-democrática), tornam o juiz ordinário pouco apto para o exercício da jurisdição constitucional, levando à criação de órgãos jurisdicionais especializados que remediem essas características.

– VI –

A rigidez de uma Constituição não implica, *necessariamente*, a atribuição do controle da constitucionalidade das leis ao Poder Judiciário ou a um Tribunal Constitucional, por intermédio de um procedimento jurisdicional. O conceito de rigidez constitucional impõe *mecanismos* tendentes a verificar a compatibilidade hierárquica e não *determinados órgãos* para tal mister.

Mas, se a opção política é pelo estabelecimento da jurisdição constitucional como garantia da Constituição, impõe-se examinar as particularidades de cada sistema. Se subsistem as razões estruturais que levaram a opções distintas quanto à separação ou não das jurisdições constitucional e ordinária, a mera aproximação de alguns aspectos processuais – que, no mais das vezes, sequer são tão rígidos, servindo mais a propósitos classificatórios – não é suficiente para superar a distinção entre o modelo europeu e o modelo norte-americano de controle de constitucionalidade das leis.

O Estado seguiu seu curso evolutivo nos séculos que se sucederam às revoluções liberais e, conforme alerta Mauro Cappelletti, é possível tentar limitar essa evolução ou, de forma mais realista, criar controles adequados. A importância da jurisdição constitucional foi uma forma de controlar o Legislativo sem controle e o Executivo gigante. Mas, não há porque deixar de pensar em novos mecanismos que possam controlar também o controlador.

BIBLIOGRAFIA

ACKERMAN, Bruce; ROSENKRANTZ, Carlos F. *Tres concepciones de la democracia constitucional*, in *Cuadernos y debates: fundamentos y alcances del control judicial de constitucionalidad*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991, p. 15-31.

ACOSTA SÁNCHEZ, José. *Formación de la constitución y jurisdicción constitucional: fundamentos de la democracia constitucional*. Madrid: Tecnos, 1998.

ALEXY, Robert, Direito Constitucional e Direito Ordinário. Jurisdição constitucional e jurisdição especializada. *Revista dos Tribunais*, ano 92, v. 809, mar. 2003, p. 54-73.

ALLAN, T. R. S. *Law, liberty, and justice: the legal foundations of British constitutionalism*. Oxford: Clarendon, 1993.

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. Controle de constitucionalidade: evolução brasileira determinada pela falta do *stare decisis*. *Revista dos Tribunais*, ano 101, vol. 920, jun. 2012, p. 133-148.

_____. Sobre a organização de poderes em Montesquieu. *Revista dos Tribunais*, ano 97, vol. 868, fev. 2008, p. 53-68.

ARANTES, Rogério Bastos. Cortes constitucionais. In: AVRITZER, Leonardo *et al.* (orgs.). *Dimensões políticas da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013, p. 195-206.

ARISTÓTELES. *Política* (trad. port. e notas Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes). Lisboa: Vega, 1998.

ÁVILA, Ana Paula. *A modulação de efeitos temporais pelo STF no controle de constitucionalidade: ponderação e regras de argumentação para a interpretação conforme a Constituição do art. 27 da Lei nº 9.868/99*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

AVRITZER, Leonardo. Revolução Americana e constitucionalismo. In: *Dimensões políticas da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013, p. 169-175.

AYALA, Francisco. Introduccion. In: SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *¿Que es el tercer Estado?* (trad. esp. de Qu'est-ce que le tiers état?). Madrid: Aguilar, 1973.

BAGEHOT, Sir Walter. *The English Constitution*, 2009. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/4351/4351-h/4351-h.htm>>

BARBOSA, Rui. *Os atos inconstitucionais do Congresso e do Executivo ante a justiça federal*. Rio de Janeiro: Companhia Impressora 7, 1893. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000124.pdf>>.

BARKER, Robert S. "I do solemnly swear": a historical perspective on the nomination, confirmation, and appointment of justices to the U.S. Supreme Court. In: *Issues of democracy*. Washington: eJournal USA, apr. 2005, p. 14-17. Disponível em: <<http://www.america.gov/media/pdf/ejs/0405.pdf>>.

BARROS, Alberto de. Revolução Inglesa e constitucionalismo. In: AVRITZER, Leonardo *et al.* (orgs.). *Dimensões políticas da justiça*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013, p. 158-167.

BARROS, Sérgio Resende de. Simplificação do controle de constitucionalidade. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. *As vertentes do Direito Constitucional contemporâneo*. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002, p. 593-617.

BICKEL, Alexander. *The least dangerous branch: The Supreme Court at the bar of politics*. 2ª ed. New Haven: Yale University Press, 1986.

BIGNOTTO, Newton. Revolução Francesa e constitucionalismo, in Leonardo Avritzer *et al.* (orgs.), *Dimensões políticas da justiça*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2013, p. 177-185.

BISCARETTI DI RUFFIA, Paolo. *Diritto Costituzionale*. 14ª ed. Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (trad. port. Marco Aurélio Nogueira de Destra e sinistra: ragioni e significati di una distinzione politica). 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2001.

BONGIOVANNI, Giorgio. Estado de Direito e justiça constitucional: Hans Kelsen e a Constituição austríaca de 1920. In: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (orgs.). *O Estado de*

Direito: história, teoria, crítica (trad. port. Carlo Alberto Dastoli). São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 379-414.

BRENNER, Saul. Granting certiorari by the United States Supreme Court: an overview of the social science studies. *Law Library Journal*, vol. 92, n. 2, 193, 2000, p. 193-202. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/llj92&div=31&g_sent=1&collection=journals#203>.

BRUTUS. *The Anti-Federalist Papers: LXXVIII a LXXXII*. Disponível em: <<http://www.thefederalistpapers.org/antifederalist-paper-78-79>>.

CALAMANDREI, Piero. *La illegittimità costituzionale delle leggi nel processo civile*. Padova: Cedam, 1950.

CANOTILHO J. J. Gomes. *Direito Constitucional e teoria da Constituição*. 7ª ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CAPPELLETTI, Mauro. Comunicacion oral. In: FAVOREU, Louis *et al. Tribunales constitucionales europeos y derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984, p. 651-662.

_____. Necesidad y legitimidad de la justicia constitucional. In: FAVOREU, Louis *et al. Tribunales constitucionales europeos y derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984, p. 599-649.

_____. *O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado* (trad. port. de Aroldo Plínio Gonçalves de Il controllo giudiziario di costituzionalità delle leggi nel diritto comparato). Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1984.

CARBONELL, Miguel. *Marbury versus Madison: regreso a la leyenda*, 15 p. Disponível em: <<http://new.pensamientopenal.com.ar/sites/default/files/2012/08/doctrina05.pdf>>.

CARR, Robert K. *The Supreme Court and judicial review*. New York: Farrar and Rinehart, 1942.

CELOTTO, Alfonso. *La corte costituzionale*. Bologna: Il Mulino, 2004.

CICERO, Da República (trad. port. Amador Cisneiros de De Republica). In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

COMELLA, Victor Ferreres. The consequences of centralizing constitutional review in a special Court: some thoughts on judicial activism. *Texas Law Review*, v. 82, 2003-2004, p. 1705-1736. Disponível em:
<<http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/tlr82&div=52&id=&page=&collection=journals>>

COMELLA, Victor Ferreres. The European model of constitutional review of legislation: towards decentralization? *International Journal of Constitutional Law*, I.CON, v. 2, n. 3, 2004, p. 461-491, Disponível em:
<http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/injcl2&div=26&g_sent=1&collection=journals>.

CONSTANT, Benjamin. De la liberte des anciens comparée a celle des modernes (discours prononcé a l'Athénée Royal de Paris, 1819). In: *Cours de Politique Constitutionnelle*. t. II. 2ª ed. Paris: Libraire de Guillaumin, 1872.

CONSTANT, Benjamin. Principes de politique. In *Cours de Politique Constitutionnelle*. t. I. 2ª ed. Paris: Libraire de Guillaumin, 1872.

CORWIN, Edward S.; PELTASON, Jack W. *Understanding the Constitution*. 3ª ed. Holt: Rineheart and Winston, 1965.

COYLE, Marcia. Supreme Court asked to take certified question for only fifth time in six-plus decades. *The National Law Journal*, 03.08.2009. Disponível em:
<<http://www.law.com/jsp/article.jsp?id=1202432706422&rss=newswire>>.

CRUZ VILLALÓN, Pedro. *La curiosidad del jurista persa y otros estudios sobre la Constitución*. 2ª ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2006.

_____. *La formación del sistema europeo de control de constitucionalidad (1918-1939)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1987.

DAHL, Robert A. Decision-making in a democracy: the Supreme Court as a national policy-maker. *Journal of Public Law*, v. 6, 1957, p. 279-295. Disponível em:
<http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/emlj6&div=20&collection=journals&set_as_cursor=3&men_tab=srchresults&terms=Dahl,%20Robert%20A.&type=matchall>

DAVID, René. *O direito inglês* (trad. port. Eduardo Brandão de *Le droit anglais*). 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo* (trad. port. Hermínio A. Carvalho de *Les grands systèmes du droit contemporains*). 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DICEY, Albert Venn. *Introduction to the study of the Law of the Constitution*. 10ª ed. London: Macmillan, 1962.

DIETZE, Gottfried. America and Europe: decline and emergence of judicial review. *Virginia Law Review*, v. 44, n. 8, dec. 1958, p. 1233-1272. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1070910?sid=21105561445863&uid=2&uid=5909624&uid=3737664&uid=67&uid=5910200&uid=40528&uid=3&uid=62&uid=40529>>.

DUGUIT, Léon. *Traité de Droit Constitutionnel*. t. 3. 3ª ed. Paris: Librairie des Écoles Française d'Athenes et de Rome, 1930.

DUNN, John. *The Political Thought of John Locke*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

DUVERGER, Maurice. *Institutions politiques et droit constitutionnel*. Paris: Puf, 1970.

EISENMANN, Charles. *La justice constitutionnelle et la Haute Cour Constitutionnelle D'Autriche*. Paris: LGDJ, 1928.

ELSTER, Jon. *Ulisses liberto: estudos sobre racionalidade, pré-compromisso e restrições* (trad. port. Cláudia Sant'Ana Martins de *Ulysses unbound*). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ELY, John Hart. *Democracia e desconfiança: uma teoria do controle judicial de constitucionalidade* (trad. port. Juliana Lemos de *Democracy and distrust: a theory of judicial review*). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FAVOREU, Louis. *As cortes constitucionais* (trad. port. Dunia Marinho Silva de *Les cours constitutionnelles*). São Paulo: Landy, 2004.

FAVOREU, Louis *et al.* *Droit constitutionnel*: 13ª ed. Paris: Dalloz, 2010.

FELDMAN, Jean-Philippe. Le constitutionalisme selon Benjamin Constant. *Revue française de Droit Constitutionnel*. Paris: Puf, n. 76, oct. 2008, p. 675-702.

FEREJOHN, John E. Constitutional review in the global context. *New York University Journal of Legislation and Public Policy*, v. 6, n. 49, p. 49-60, 2002-2003. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/nyulpp6&div=11&g_sent=1&collection=journals>.

FERNÁNDEZ SEGADO, Francisco. El recurso de amparo en España como vía de generación conflictual entre el Tribunal Supremo y el Tribunal Constitucional. In: ROCHA, Fernando Luiz Ximenez; MORAES, Filomeno. *Direito Constitucional contemporâneo: estudos em homenagem ao Professor Paulo Bonavides*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 211-262.

_____. *La evolución de la justicia constitucional*. Madrid: Dykinson, 2013.

_____. La justicia constitucional ante el siglo XXI: la progresiva convergencia de los sistemas americano y europeo-kelseniano. In *The Spanish Constitution in the European constitutional context*. Madrid: Dykinson, 2003, p. 855-906.

FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. Apontamentos sobre o controle de constitucionalidade. *Revista da Procuradoria Geral do Estado*, n. 34, dez. 1990, p. 27-44.

_____. *Conflito entre poderes: o poder congressional de sustar atos normativos do Poder Executivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

_____; ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Princípios fundamentais do processo constitucional. *Revista Mestrado em Direito*. Osasco: Edifio, ano 4, n. 4, 2004, p. 181-193.

_____. *Processos informais de mudança da Constituição: mutações constitucionais e mutações inconstitucionais*. São Paulo: Max Limonad, 1986.

FIORAVANTI, Maurizio. *Constitución: de la antigüedad a nuestros días* (trad. esp. Manuel Martínez Neira de Costituzione). Madrid: Trotta, 2001.

_____. *Costituzionalismo: percorsi della storia e tendenze attuali*. Bari: Laterza, 2009.

FIX-ZAMUDIO, Héctor. *Veinticinco años de evolución de la justicia constitucional (1940-1965)*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1968.

GARCÍA BELAUNDE, Domingo. *Derecho procesal constitucional*. Bogotá: Editorial Temis, 2001.

GARCIA DE ENTERRIA, Eduardo. *La Constitución como norma y el tribunal constitucional*. 3ª ed. Madrid: Civitas, 1985.

GARCÍA-PELAYO, Manuel. Estado legal y Estado constitucional de Derecho. *Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas e Políticas*. Caracas, n. 82, 1991, p. 32-45.

GROPPI, Tania. ¿Existe un modelo europeo de justicia constitucional? *Revista del Derecho Político*, n. 62, 2005, p. 33-54. Disponível em: <<http://revistas.uned.es/index.php/derechopolitico/article/view/8952/8545>>.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. *Do processo legislativo*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. O papel político do Judiciário na ordem constitucional vigente. *Revista do Advogado*. São Paulo: Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, ano XXVIII, n. 99, set. 2008, p. 86-91.

_____. *O poder constituinte*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. *Princípios fundamentais do Direito Constitucional*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FINE, Toni M. *Introdução ao sistema jurídico anglo-americano* (trad. port. Eduardo Saldanha de An introduction to the anglo-american legal system). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

GUARNIERI, Carlo. Appointment and career of judges in continental Europe: the rise of judicial self-government. *Legal Studies*, v. 24, issue 1-2, mar. 2004, p. 169-187. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1748-121X.2004.tb00246.x/pdf>>.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional* – a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: Contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição (trad. port. Gilmar Ferreira Mendes de Die offene Gesellschaft der Verfassungsinterpreten. Ein Beitrag zur pluralistischen und “prozessualen” Verfassungsinterpretation). Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista* (trad. port. Heitor Almeida Herrera de *The Federalist*). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984.

_____. *The Federalist Papers*. Disponível em <<http://www.gutenberg.org/files/1404/1404-h/1404-h.htm>>.

HAURIOU, André. *Derecho constitucional e instituciones políticas* (trad. cast. José Antonio González Casanova de Droit Constitutionnel et institutions politiques). 4ª ed. Barcelona: Ariel, 1971.

_____. *Droit constitutionnel et institutions politiques*. Paris: Montchrestien, 1966.

HAURIOU, Maurice. *Princípios de Derecho público y constitucional* (trad. esp. Carlos Ruiz del Castillo). 2ª ed. Madrid: Instituto Editorial Reus, 1927.

HESSE, Konrad. *A força normativa da Constituição* (trad. port. Gilmar Ferreira Mendes de Die Normative Kraft Der Verfassung). Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

HIRSCHL, Ran. *Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism*. Massachusetts: Harvard University Press, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JENNINGS, Sir William Ivor. *A Constituição britânica* (trad. port. Carlos Alberto Lambach de The British Constitution). Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

KELSEN, Hans. A jurisdição constitucional (trad. port. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão de La garantie jurisdictionelle de la Constitution – la justice constitutionnelle). In: *Jurisdição constitucional*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 121-186.

_____. A jurisdição constitucional e administrativa a serviço do Estado federativo segundo a nova Constituição federal austríaca de 1º de outubro de 1920 (trad. port. Alexandre Krug de Verfassungs-und Verwaltungsgerichtsbarkeit im Dienste des Bundestaates, nach der neuen österreichischen Bundesverfassung vom 1 Oktober 1920). In: *Jurisdição constitucional*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 3-46.

_____. O controle judicial da constitucionalidade (Um estudo comparado das Constituições austríaca e americana) (trad. port. de A comparative study of the Austrian and the American Constitution). In: *Jurisdição constitucional*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 299-319.

_____. Quem deve ser o guardião da Constituição? (trad. port. Alexandre Krug de Wer soll der Hüter der Verfassung sein?). In: *Jurisdição constitucional*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 237-298.

_____. *Teoria pura do Direito* (trad. port. João Baptista Machado de Reine Rechtslehre). 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAMBERT, Edouard. *Le gouvernement des juges et la lutte contre la législation sociale aux États-Unis: l'expérience américaine du controle judiciaire de la constitutionnalité des lois*. Paris: Marcel Giard, 1921.

LASLETT, Peter. Locke, o homem, e Locke, o escritor. In: *Dois tratados sobre o governo civil* (trad. port. Julio Fischer de Two treatises of government). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LASSALE, Ferdinand. *¿Que es una Constitución?* Santa Fé de Bogota: Editorial Temis, 1997.

LEAL, Roger Stiefelmann. A convergência dos sistemas de controle de constitucionalidade: aspectos processuais e institucionais. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, v. 57, ano 14, out.-dez. 2006, p. 62-81.

_____. *O efeito vinculante na jurisdição constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. O exercício da jurisdição constitucional pelo Poder Judiciário. In: HORBACH, Carlos Bastide *et al.* *Direito constitucional, Estado de Direito e democracia: homenagem ao prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho*. São Paulo; Quartier Latin, 2011, p. 589-610.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países* (trad. port. Roberto Franco de Patterns of Democracy: Government Forms & Performance in Thirty-six Countries). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

LISBOA, Carolina Cardoso Guimarães. A Constituição, expressão da vontade geral: a reforma do controle de constitucionalidade na França. In: HORBACH, Carlos Bastide *et al.* *Direito constitucional, Estado de Direito e democracia: homenagem ao prof. Manoel Gonçalves Ferreira Filho*. São Paulo: Quartier Latin, 2011, p. 205-217.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo civil* (trad. port. Julio Fischer de Two treatises of government). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la Constitución* (trad. esp. Alfredo Gallego Anabitarte de Verfassungslehre). 2ª ed. Barcelona: Ariel, 1970.

LOUREIRO JÚNIOR. *Da constitucionalidade das leis*: São Paulo, 1949.

LOVELAND, Ian. *Constitutional Law, Administrative Law, and Human Rights: a critical introduction*. 5ª ed. New York: Oxford University Press, 2009.

MARSHALL, Geoffrey; MOODIE, Graeme C. *Some problems of the Constitution*. London: Hutchinson, 1959.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do Direito*. 20ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MCILWAIN, Charles Howard. *Constitucionalismo antiguo y moderno* (trad. esp. José Rovira Armengol de Constitutionalism: ancient and modern). Buenos Aires: Editorial Nova, 1958.

MENDES, Gilmar Ferreira. Análise de direito comparado e nacional. *Caderno de Direito Constitucional*. Porto Alegre: EMAGIS, 2006.

_____; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio. *A tradição da civil law: uma introdução aos sistemas jurídicos da Europa e da América Latina* (trad. port. Cássio

Casagrande de The civil law tradition, 3 edition, An introduction to the legal systems of Europe and Latin America). Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009.

MEZZETTI, Luca. La giustizia costituzionale: storia, modelli, teoria. In: MEZZETTI, Luca *et al.* *La giustizia costituzionale*: Verona, CEDAM, 2007.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. t. I. 7ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

_____. *Manual de Direito Constitucional*. t. VI. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *Esprit des lois*. 2ª ed. Paris: Libraire Ch. Delagrave, 1892. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/27573/27573-h/27573-h.htm>>.

_____. *O espírito das leis* (trad. port. Cristina Murachco de L'esprit des lois). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORAES, Alexandre de. *Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais*: garantia suprema da Constituição, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MORAIS Carlos Blanco de. *Justiça constitucional*: garantia da constituição e controlo da constitucionalidade. t. I. 2ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

NEWMAN, William Herman. *The politics of Aristotle*. v. III. New York: Arno Press, 1973.

PAINE, Thomas. *Os direitos do homem*: uma resposta ao ataque do Sr. Burke à Revolução Francesa (trad. port. Jaime A. Clasen de Rights of Men). Petrópolis: Vozes, 1989.

PEGORARO, Lucio. A circulação, a recepção e a hibridação dos modelos de justiça constitucional. *Revista de Informação Legislativa*, ano 42, n. 165, jan./mar. 2005, p. 59-76.

_____. A justiça constitucional no quadro do constitucionalismo contemporâneo, in ALMEIDA FILHO, Agassiz; PINTO FILHO, Francisco Bilac Moreira (orgs.). *Constitucionalismo e Estado*. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 430-451.

PFERSMANN, Otto. *Positivismo jurídico e justiça constitucional no século XXI* (trad. port. Alexandre Coutinho Pagliarini). São Paulo: Saraiva, 2014.

PHILIPPE, Xavier. La question prioritaire de constitutionnalité: à l'aube d'une ère pour le contentieux constitutionnel français... Réflexions après l'adoption de la loi organique. *Revue française de Droit constitutionnel*. Paris: Puf, n. 82, abr. 2010, p. 273-287.

QUEIROZ, Cristina. *Interpretação constitucional e poder judicial: sobre a epistemologia da construção constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

RAMOS, Elival da Silva. *A inconstitucionalidade das leis: vício e sanção*. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. *Controle de constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução*. São Paulo: Saraiva, 2010.

REHNQUIST, William H. *The Supreme Court*. New York: Knopf, 2001.

RIVERO, Jean. A modo de síntesis. In: FAVOREU, Louis *et al.* *Tribunales constitucionales europeos y derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1984, p. 663-682.

ROGERS, James R.; VANBERG, Georg. Judicial Advisory Opinions and Legislative Outcomes in Comparative Perspective. *American Journal of Political Science*, v. 46, n. 2, apr. 2002, pp. 379-397. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3088383>>.

ROSENFELD, Michel. Jurisdição constitucional na Europa e nos Estados Unidos: paradoxos e contrastes. In: BIGONHA, Antonio Carlos Alpino; MOREIRA, Luiz (orgs.). *Limites do controle de constitucionalidade*. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2009, p. 177-219.

ROUSSEAU, Dominique. *La justicia constitucional en Europa*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social* (trad. port. Antônio de Pádua Danesi de Du contrat social). 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

RUBIO LLORENTE, Francisco. Seis tesis sobre la jurisdicción constitucional en Europa. *Revista Española de Derecho Constitucional*, ano 12, n. 35, maio-ago 1992, p. 9-39.

_____. Once tesis sobre la jurisdicción constitucional en Europa. In: SOBERANES FERNÁNDEZ, José Luis (comp.). *Tendencias actuales del Derecho*. 2ª ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 338-367.

RUIZ, Gregorio. *Federalismo judicial (el modelo americano)*. Madrid: Civitas, 1994.

SCHMITT, Carl. *O guardião da Constituição* (trad. port. Geraldo de Carvalho de Der Hüter der Verfassung). Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SCHWARTZ, Bernard. *A history of the Supreme Court*. New York: Oxford University Press, 1993.

SCHWARTZ, Herman. Eastern Europe's Constitutional Courts. *Journal of Democracy*, v. 9, n. 4, 1998, p. 100-114. Disponível em:
<http://muse.jhu.edu/journals/journal_of_democracy/v009/9.4schwartz.html>.

SHAPIRO, Martin; SWEET, Alec Stone. *On Law, Politics & Judicialization*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *Qu'est-ce que le tiers État?* Paris: Société de l'histoire de la Révolution Française, 1888.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional positivo*. 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SIMON, Helmut. La jurisdicción constitucional. In: BENDA, Ernst *et al.* *Manual de Derecho Constitucional*. 2ª ed. Barcelona: Marcial Pons, 2001, p. 823-860.

SOARES, Guido Fernando Silva. Estudos de Direito Comparado (I): O que é a “*common law*”, em particular, a dos EUA. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 92, 1997, p. 163-198.

SOARES, Rogério Ehrhardt. O conceito ocidental de Constituição. *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, ano 119, nº 3743, jun. 1996, p. 36-39 e 69-73.

STEVENS, George Neff. Advisory Opinions--Present Status and an Evaluation. *Washington Law Review & State Bar Journal*, n. 34, 1959, p. 1-14. Disponível em:

<<http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/washlr34&div=4&id=&page=&collection=journals#3>>

SWEET, Alec Stone. *Governing with judges: Constitutional politics in Europe*. New York: Oxford University Press, 2000.

_____. The politics of constitutional review in France and Europe. *International Journal of Constitutional Law*, *I.CON*, v. 5, n. 1, 2007, p. 69-92. Disponível em: <<http://icon.oxfordjournals.org/content/5/1/69.full.pdf+html>>.

TAVARES, André Ramos. *Tribunal e jurisdição constitucional*. São Paulo: Celso Bastos Editor, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América* (trad. port. Neil Ribeiro da Silva). São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

TOLEDO, Cláudia; MOREIRA, Luiz. Introdução para a edição brasileira. In: FAVOREU, Louis. *As cortes constitucionais* (trad. port. Dunia Marinho Silva de *Les cours constitutionnelles*). São Paulo: Landy, 2004.

TOPF, Mel A. State Supreme Court Advisory Opinions as Illegitimate Judicial Review. *Law Review M.S.U.-D.C.L.*, n. 101, 2001, p. 101-138. Disponível em: <<http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/mslr2001&div=11&id=&page=&collection=journals#154>>.

TRAYNOR, Roger J. Quo vadis, prospective overruling: a question of judicial responsibility. *The Hastings Law Journal*, vol. 28, jan. 1977, p. 533-568. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/hastlj28&div=27&g_sent=1&collection=journals>.

TUSHNET, Mark. State action, social welfare rights, and the judicial role: some comparative observations. *Chicago Journal of International Law*, v. 3, n. 2, 2002, p. 435-454, Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/cjil3&div=38&g_sent=1&collection=journals>.

UNITED STATES OF AMERICA. *Marbury v. Madison* 1 Cranch 137 (1803). Disponível em: <http://www.law.cornell.edu/supremecourt/text/5/137/#writing-USSC_CR_0005_0137_ZO>

_____. *Nashville, Chattanooga & St. Louis Railway Co. v. Wallace* – 288 U.S. 249 (1933). Disponível em: <<http://www.law.cornell.edu/supremecourt/text/288/249>>.

VEDEL, Georges. *Manuel élémentaire de droit constitutionnel*. Paris: Dalloz, 2002.

VERÍSSIMO, Marcos Paulo. *A judicialização dos conflitos de justiça distributiva no Brasil: o processo judicial no pós-88*. Tese (Doutorado em Direito). São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006.

VERMEULE, Adrian. The Atrophy of Constitutional Powers. *Oxford Journal of Legal Studies*, v. 32, n. 3, 2012, p. 421-444, Disponível em: <<http://ojls.oxfordjournals.org/content/32/3/421.full.pdf+html>>.

VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno* (trad. port. Claudia Berliner de La formation de la pensée juridique modern). 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

WALDRON, Jeremy. The core of the case against judicial review. *The Yale Law Journal*, v. 115, n. 6, apr. 2006, p. 1346-1406, Disponível em: <<http://philosophyfaculty.ucsd.edu/FACULTY/RARNESON/Courses/Waldroncore.pdf>>.

WEBER, Albrecht. Jurisdicción constitucional em Europa Occidental. *Revista Española de Derecho Constitucional*, ano 6, n. 17, maio-ago, 1986, p. 47-83.

WILSON, Steven Harmon [ed.]. *The U. S. justice system: an encyclopedia*. v. II. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2012.

ZAGREBELSKY, Gustavo. *La giustizia costituzionale*. Bologna: Il Mulino, 1988.

SITES CONSULTADOS

FRANCE. Assemblée Nationale.

<<http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution.asp>>

<<http://www.assemblee-nationale.fr/connaissance/constitution.asp#declaration>>

GRAND-DUCHE DE LUXEMBOURG. Recueil de legislation.

<<http://www.legilux.public.lu/leg/a/archives/1997/0058/a058.pdf#page=2>>

NETHERLANDS. Government of Netherlands.

<<http://www.government.nl/issues/constitution>>

UNIÃO EUROPEIA

<http://europa.eu/about-eu/countries/index_pt.htm>

UNITED KINGDOM. The National Archives.

<<http://www.legislation.gov.uk/>>

UNITED STATES OF AMERICA. Senate.

<http://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm>

UNITED STATES OF AMERICA. Supreme Court.

<<http://www.supremecourt.gov/about/members.aspx>>

<<http://www.supremecourt.gov/ctrules/2010RulesoftheCourt.pdf>>